

CARTA DE CAMPINA GRANDE

No estágio atual do capitalismo global, a crise tem se intensificado e se manifestado em suas múltiplas dimensões: climática, social, migratória, econômica, política e civilizacional. Essas diferentes dimensões da crise ganham forma em âmbito internacional, representando a capacidade de propagação dos instrumentos do capital, em especial através dos custos dos processos de concentração, centralização e valorização, sempre pagos pelas frações mais vulneráveis da sociedade.

A multidimensionalidade da crise ganha sua expressão mais nítida no capitalismo contemporâneo por meio dos enfrentamentos travados entre grandes potências, seja nas guerras na Europa, nas disputas tarifárias impostas pela política externa estadunidense, seja, mais recentemente, nos conflitos na Ásia e no Oriente Médio que, ainda presos à distorcida narrativa da missão civilizatória, legitimam práticas de dominação que resultam na marginalização de diversos povos. Nesse sentido, ganha inegável destaque o ataque ímpar desferido pelo estado de Israel ao território palestino, em especial à faixa de Gaza. Já é internacionalmente reconhecido que o que ocorre aí é um genocídio, que precisa cessar de imediato. Mais que isso, é urgente, por parte de Estados como o brasileiro, que reconhece as atrocidades do que vai em curso, o rompimento das relações diplomáticas e comerciais com o estado genocida.

A prepotência e os abusos do estado de Israel fazem parte do quadro de ascensão da extrema direita em diversas regiões do mundo, o que

também é expressão da multidimensionalidade da crise, já que tais movimentos extremistas se apresentam como uma suposta alternativa à crise, mas no fundo representam de maneira clara sua consolidação.

Na periferia, as condições não são diversas — e reforçam a ideia e o caráter do mito do desenvolvimento econômico. No Brasil, o vasto processo de desindustrialização abriu espaço para a expansão do — e significativa entrada do capital no — setor de serviços. Em lugar dos propagandeados aumentos do nível de emprego e dos rendimentos reais da mão de obra, essa expansão tem consolidado uma nova morfologia do trabalho, que leva às últimas conseqüências uma já talvez irreversível deterioração das condições laborais, a qual ganha expressão evidente nos trabalhos terceirizados, intermitentes, precarizados, pejotizados, plataformizados etc. Os índices sociais — quando avançam — o fazem muito lentamente, e sempre como resultado de políticas sociais que, por sua vez, dependem de um orçamento público refém do superávit primário e das políticas de austeridade.

No Congresso Nacional, as forças conservadoras e reacionárias consolidam sua articulação, seja numa incompreensível demanda por maior austeridade fiscal, seja no constante bloqueio das pautas progressistas, como recentemente manifesto nas críticas ao debate sobre o fim da escala 6x1 ou mesmo na crítica às propostas de introduzir mecanismos de justiça e progressividade tributária nas formas da taxaço das grandes fortunas e da isenço do imposto de renda para trabalhadores de renda mensal inferior a cinco mil reais. E o governo federal, seguindo a lógica da administração de coalizão, parece colocar os instrumentos decisórios nas mãos daqueles que defendem os interesses do capital, para a garantia de sua sobrevivência nas estruturas de poder, e termina por criar um terreno favorável à nova ascensão da extrema direita no Brasil, com todos os perigos que isso representa do ponto de vista econômico e social.

Neste cenário, a crise climática ganha contornos perceptíveis de um “novo normal”, já que, a cada ano, parece avançar irreversivelmente. Os episódios de eventos climáticos extremos que ocorrem em diversas partes

do mundo há muito já integram a realidade brasileira, como as chuvas no Rio Grande do Sul e a seca e a cheia dos rios na Amazônia, desenhando uma situação de catástrofe permanente, difícil de frear. Do ponto de vista econômico, o setor primário-exportador também sofre os reflexos do colapso climático, com descontinuidades na produção e nos níveis de preço, deixando claro o escalonamento da dependência da dinâmica interna em relação ao agronegócio.

Os desafios não se encerram nessa esfera: a disseminação da inteligência artificial, da robótica, da computação quântica e da biologia sintética se apresenta como as novas ferramentas das tecnologias da informação e comunicação, e deve, ao longo dos próximos anos, produzir impactos robustos tanto nas relações de trabalho — com a progressão do desemprego e da marginalização de uma fração relevante da classe trabalhadora — quanto no esgotamento dos recursos naturais, dado seu elevado consumo de água, minerais e energia. E a Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas, que neste ano de 2025 se realizará no Brasil, trata a crise climática, com acordos entre as grandes potências, sem apontar para a proposição de medidas que efetivamente a revertam, como algo que ainda está por vir — e não uma realidade evidente, que bate à nossa porta.

Diante da crise contemporânea, a Sociedade Brasileira de Economia Política, reunida em Campina Grande, na Paraíba, reafirma que o desenvolvimento econômico é um mito e reitera seu compromisso na construção do debate de alternativas que coloquem o desenvolvimento social, a diversidade dos saberes, o respeito aos territórios e aos povos originários, o trabalho digno e o cuidado com o meio ambiente — e não a reprodução do capital — como imperativos do nosso tempo.

Sociedade Brasileira de Economia Política, 10 de julho de 2025